

## A UTILIZAÇÃO ÉTICA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA PRODUÇÃO ACADÊMICA

### THE ETHICAL USE OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE IN ACADEMIC PRODUCTION

**Maria das Graças Machado Rodrigues<sup>1</sup>**  
maria.ongrace@yahoo.com.br

**Resumo:** O avanço da Inteligência Artificial (IA) representa um marcotransformador na sociedade, trazendo consigo importantes desafios éticos. Essa tecnologia impacta significativamente as esferas econômica, social e cultural, exigindo reflexões críticas sobre justiça, responsabilidade e transparência. O estudo propõe-se a discutir o uso ético da IA no contexto acadêmico, especialmente entre estudantes de graduação em fase final, por meio da elaboração de um texto com base em revisão bibliográfica e metodologia colaborativa a respeito do tema. O crescimento acelerado de ferramentas como o ChatGPT evidencia a influência da IA na produção de conteúdo, despertando preocupações sobre autoria, originalidade e integridade acadêmica. A IA Generativa já afeta práticas tradicionalmente humanas, como a escrita e a criatividade, o que demanda novas abordagens pedagógicas e regulatórias. Universidades têm buscado implementar diretrizes específicas para orientar o uso da IA, promovendo transparência, ética e letramento digital. A questão do plágio é central nesse debate, uma vez que LLMs podem gerar textos que infringem direitos autorais. Torna-se fundamental capacitar estudantes e pesquisadores sobre ética acadêmica, boas práticas de citação e reescrita crítica. A ausência de normativas claras — inclusive por parte de entidades como a ABNT — reforça a necessidade de ações institucionais proativas, como a criação de comitês éticos. Por fim, destaca-se a importância de relações de confiança entre educadores e estudantes, assegurando avaliações justas e promovendo uma cultura acadêmica íntegra diante dos desafios impostos pela IA.

<sup>1</sup> Pós-graduada em Linguagens e suas Tecnologias pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e Metodologia do Ensino da Língua Inglesa, pela Faculdade Ibero Americana de São Paulo.

**Palavras-chave:** IA. Plágio. Produção científica.

**Abstract:** The advancement of Artificial Intelligence (AI) represents a transformative milestone in society, bringing with it significant ethical challenges. This technology significantly impacts the economic, social, and cultural spheres, demanding critical reflections on justice, responsibility, and transparency. This study aims to discuss the ethical use of AI in the academic context, especially among final-year undergraduate students, through the elaboration of a text based on a literature review and collaborative methodology on the subject. The accelerated growth of tools such as ChatGPT highlights the influence of AI on content production, raising concerns about authorship, originality, and academic integrity. Generative AI already affects traditionally human practices, such as writing and creativity, which demands new pedagogical and regulatory approaches. Universities have sought to implement specific guidelines to guide the use of AI, promoting transparency, ethics, and digital literacy. The issue of plagiarism is central to this debate, since LLMs can generate texts that infringe copyright. It becomes fundamental to train students and researchers on academic ethics, good citation practices, and critical rewriting. The absence of clear regulations—including from entities such as ABNT (Brazilian Association of Technical Standards)—reinforces the need for proactive institutional actions, such as the creation of ethics committees. Finally, the importance of trusting relationships between educators and students is highlighted, ensuring fair evaluations and promoting an ethical academic culture in the face of the challenges posed by AI.

**Keywords:** AI. Plagiarism. Scientific production.

## 1 INTRODUÇÃO

O avanço da inteligência artificial (IA) e seus impactos na sociedade, destacam -se tanto pelo potencial transformador quanto pelos riscos éticos que ela impõe. A IA é apresentada como uma tecnologia de

propósito geral, capaz de modificar profundamente aspectos econômicos, sociais e culturais. No entanto, à medida que seus sistemas se tornam mais autônomos, surgem preocupações com justiça, transparência e responsabilidade, especialmente diante de casos de viés algorítmico e discriminação automatizada. Os perigos de uma IA sem critérios éticos definidos podem ampliar desigualdades em vez de solucioná-las, sendo cuidadosamente observados. Por isso, defende-se a necessidade urgente de regulamentação e de uma reflexão crítica sobre o que constitui uma "IA ética".

Na concepção de Maranhão Filho (2024, p. 48), “O ensino de IA nas instituições educacionais deve evoluir para além de acompanhar as inovações tecnológicas, contemplando também a inclusão de uma forte ênfase nas implicações éticas do desenvolvimento e uso da IA”. É essencial que profissionais da área acadêmica se atualizem com uma compreensão consistente dos princípios éticos e habilidades técnicas para que possam aplicar e implementar soluções em IA de maneira responsável em contextos educacionais. Isso inclui a inclusão de currículos que abordem as dimensões social, política e ética da tecnologia. Tais questões são necessárias para que as pessoas compreendam o impacto e a importância da validade das respostas fornecidas. Maranhão Filho (2024) afirma que “[...] A IA é

frequentemente associada à aprendizagem de máquina – do inglês machine learning (ML) –, um subconjunto da IA que permite aos computadores tomarem decisões inteligentes e previsões baseadas em dados” (MARANHÃO FILHO, 2024, p. 9). Devemos, portanto, destacar a existência de outras áreas dessa tecnologia, como sistemas específicos de processamento de linguagem natural e visão computacional.

A transparência no uso responsável e a inclusão devem ser o foco de todas as iniciativas de implementação de IA, garantindo que a tecnologia sirva ao bem comum e promova um futuro sustentável para todas as pessoas. O objetivo central deste estudo é pontuar princípios e valores que devem nortear o desenvolvimento de tecnologias mais justas, inclusivas e alinhadas aos direitos humanos, de modo a propiciar que discentes de graduação dos anos finais sejam orientados para um uso ético e responsável da IA (TEDESCO; FERREIRA, 2023).

## 2 METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, visando analisar criticamente os impactos éticos da Inteligência Artificial (IA) na produção acadêmica, com foco nas práticas de docência e formação universitária. A investigação se desenvolve a partir de uma

revisão bibliográfica e documental, fundamentada em autores contemporâneos que discutem a ética na IA, como Tedesco e Ferreira (2023), Sampaio, Sabatini e Limongi (2024), entre outros. As fontes foram selecionadas por sua relevância acadêmica e atualidade, com ênfase em artigos científicos, relatórios institucionais e legislações pertinentes.

O corpus textual foi analisado sob uma perspectiva crítica, considerando categorias como integridade acadêmica, autoria, originalidade, plágio e letramento digital. O objetivo foi compreender como a adoção de tecnologias baseadas em IA, especialmente modelos generativos, desafia práticas tradicionais de ensino, aprendizagem e avaliação. Para isso, foram mapeadas propostas de políticas institucionais, recomendações de comitês éticos e iniciativas de governança acadêmica.

A análise seguiu os princípios da hermenêutica crítica, buscando interpretar os sentidos atribuídos às práticas de uso da IA no contexto universitário e suas implicações ético-pedagógicas. A escolha por esse referencial metodológico justifica-se pelo interesse em compreender os significados sociais, culturais e morais que permeiam o uso da IA na formação acadêmica, promovendo uma reflexão sobre a necessidade de práticas responsáveis, inclusivas e eticamente orientadas no ensino superior.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 3.1 O impacto das IAs na produção de conteúdo

Surgindo como uma das tecnologias digitais de mais rápida adoção na história, os agentes conversacionais baseados em Inteligência Artificial alcançaram a marca de 1 milhão de adeptos em apenas cinco dias, atingindo impressionantes 100 milhões de usuários em apenas dois meses (NOGUEIRA, 2022). Esse crescimento superou o de outras plataformas consolidadas no mercado digital, como Instagram e TikTok.

Diferentemente dos *chatbots* tradicionais, com respostas repetitivas e funcionalidades limitadas, o ChatGPT, especificamente, mostrou-se capaz de responder e elaborar diálogos semelhantes aos praticados por humanos, mantendo conversas prolongadas através da linguagem de programação. Todas essas atividades podem ser realizadas a partir de comandos expressos em linguagem natural, denominados de “*prompts*” (SAMPAIO; SABATINI; LIMONGI, 2024).

Nesse cenário de inovação tecnológica, os conceitos de autoria, originalidade e integridade acadêmica têm sido objeto de intenso debate sobre ética, uma vez que pesquisadores e docentes questionam os impactos da automatização de produtos e

subprodutos da pesquisa científica. A controvérsia se intensifica à medida que a Inteligência Artificial Generativa (IAG) começa afetar aspectos outrora considerados exclusivos da atividade humana, como a criatividade na escrita e na produção artística. De acordo com Sampaio, Sabatini, Limongi (2024, p. 12):

Ao analisar as diretrizes de universidades americanas, Soares et al. (2023) destacam como algumas delas reconhecem essas ferramentas como facilitadoras do processo de pesquisa, especialmente como geradoras de resumos que simplificam a descoberta de novos documentos e a investigação de fontes relevantes que podem adensar o conteúdo e a pesquisa, podendo inclusive ser usadas para “a geração de ideias bem como para a estruturação de conteúdo, utilizando ferramentas de IA para desenvolver e organizar ideias de forma mais coesa” (SOARES *et al.*, 2023, p. 83).

Diante desse contexto, surge a pergunta: qual seria, de fato, o problema da utilização da IA generativa nas práticas de produção acadêmica? É relevante considerar que, há algum tempo, já se reconhece que o mundo contemporâneo é amplamente influenciado por algoritmos — em especial, aqueles baseados em aprendizado de máquina (*machine learning*) e Inteligência Artificial preditiva, cuja finalidade é realizar previsões e apoiar tomadas de decisão com base em grandes volumes de dados aplicados. Tais tecnologias estão amplamente presentes em redes sociais e em aplicativos de uso cotidiano, como o *Waze*, *Google Maps* e *Uber*. Na esfera do

consumo cultural, também são fundamentais os mecanismos de recomendação utilizados por plataformas como *YouTube*, *Netflix* e *Spotify*, amplamente conhecidos pelo público (SAMPAIO; SABATINI; LIMONGI, 2024).

A constituição de comitês éticos multidisciplinares, voltados à supervisão do desenvolvimento e da aplicação da Inteligência Artificial (IA) na pesquisa acadêmica e científica, representa uma necessidade urgente para sua formação. Isso é pouco implementado por universidades, instituições de pesquisa e órgãos de fomento. Essa lacuna torna-se evidente frente aos desafios éticos, pedagógicos e regulatórios trazidos pela adoção crescente da Inteligência Artificial Generativa (IAG)

Um levantamento realizado por universidades de prestígio internacional revelou que mais da metade dessas instituições já possuem diretrizes específicas para o uso regular de IAG. Políticas podem ser concebidas como resposta estratégica à necessidade de preservar a integridade acadêmica e de adaptar os métodos avaliativos a um cenário de rápidas transformações tecnológicas. Segundo os autores Sampaio, Sabatini e Limongi (2024), diretrizes bem estruturadas seriam uma orientação para esse contexto:

- a. **Auxiliam docentes na elaboração de avaliações mais robustas**, menos suscetíveis ao uso indevido de IAG;
- b. **Promovem a transparência no uso da IA pelos estudantes**, contribuindo para uma cultura acadêmica ética;
- c. **Incentivam a integração controlada da IA nos processos avaliativos**, fortalecendo tanto a ética acadêmica quanto o desenvolvimento do letramento digital entre discentes e pesquisadores em formação.

Dessa forma, ressalta-se a importância da constituição de um ethos fundamentado na *phronesis* – conceito aristotélico que remete à sabedoria prática –, como base para a formação ética e íntegra no contexto universitário. Em oposição a uma abordagem meramente legalista, propõe-se a valorização de princípios como dedicação, esforço, compromisso, responsabilidade, conduta ética, partilha de experiências e constância nos hábitos, resultando em um processo formativo que seja simultaneamente virtuoso e orientado ao bem coletivo (TEDESCO; FERREIRA, 2023, p. 21-22). Complementando essa perspectiva, Franco, Viegas, Röhe *et al.* (2023), após análise abrangente das diretrizes existentes, propõem um conjunto robusto de recomendações para a implementação e governança da IAG em

instituições acadêmicas. As principais recomendações incluem:

- a. **Elaboração de políticas institucionais claras**, alinhadas à missão da instituição e compatíveis com marcos regulatórios;
- b. **Adoção de medidas proativas de segurança de dados**, em consonância com legislações vigentes, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), no contexto brasileiro;
- c. **Garantia de conformidade legal e ética**, assegurando que o uso da IA não comprometa os direitos dos envolvidos nem a credibilidade da produção científica.

Em síntese, o cenário atual exige das instituições acadêmicas uma postura proativa e estruturada diante da crescente influência da Inteligência Artificial. A criação de normativas éticas, políticas claras de governança e ações formativas que integrem responsabilidade, prudência e virtude são elementos centrais para assegurar a integridade e a excelência da produção científica e educacional.

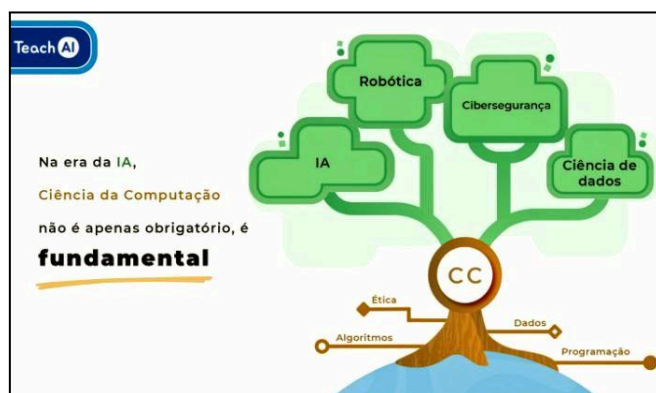
### 3.2 As implicações de questões que envolvem o plágio e ética na IA

Os Grandes Modelos de Linguagem (LLMs), treinados a partir de dados

amplamente disponíveis na internet, podem, em determinadas circunstâncias, gerar conteúdos que violam direitos autorais e, conseqüentemente, configurar plágio. Para Tedesco e Ferreira (2023, p. 6), “[...] A crise do ethos contemporâneo nos inspira a questionar: Como agir de forma ética em uma sociedade marcada por relações de corrupção? Não é diferente quando pensamos em percursos de formação acadêmica [...]”. Diante disso, é responsabilidade dos autores assegurar a originalidade de suas produções, realizando a devida citação de todas as fontes consultadas. Recomenda-se, adicionalmente, que os autores detenham os direitos autorais sobre todo o conteúdo incorporado ao trabalho, inclusive aquele gerado por ferramentas de Inteligência Artificial (IA).

Na figura a seguir, apresentamos uma representação das implicações da ética no contexto da IA, considerando a ética, os algoritmos, os dados e a programação. A Ciência da Computação, como raiz, gera múltiplos campos do conhecimento.

**Figura 1: gráfico esquemático das áreas sensíveis da internet.**



Fonte:

<https://fernandogiannini.com.br/7-principios-para-o-uso-responsavel-da-ia-na-escola>

Embora haja um entendimento emergente de que os resultados (*outputs*) produzidos por IAs generativas não estejam protegidos por direitos autorais, essa condição não exime o usuário da responsabilidade ética e acadêmica sobre o uso desse material. O cenário atual não oferece soluções simples para a questão. Conforme apontado por Cotton *et al.* (2023), torna-se essencial adotar estratégias integradas, que combinem métodos automatizados e avaliações humanas, de modo a permitir que professores e pesquisadores realizem análises criteriosas sobre o uso adequado da IA na produção acadêmica. Nesse contexto, a pesquisadora de Inteligência Artificial Graça Nunes, da Universidade de São Paulo (USP), em entrevista à Revista Fapesp (FIORAVANTI; VASCONCELOS, 2024), afirmou sobre a IA que:

Precisamos de regras porque esses sistemas têm um risco enorme de gerar resultados imprevisíveis e potencialmente nocivos. O problema é que já há pessoas usando essas

tecnologias sem que existam regras que definam o que deve ser feito para lidar com as consequências eventualmente indesejadas. Veja o caso do treinamento de modelos de língua com dados das redes sociais. Pela natureza das redes, o material linguístico usado para treinar o modelo pode estar contaminado de expressões de racismo, xenofobia, homofobia e outros valores indesejados, cuja propagação é nociva. Precisamos ter muito cuidado. Mas não estamos tendo. (FIORAVANTI; VASCONCELOS, 2024).

Outra preocupação relevante é a crescente publicação de trabalhos de baixa qualidade, muitos dos quais apresentam traços de plágio, o que contribui para a erosão da confiança na produção acadêmica. Esse fenômeno também pode desvalorizar competências essenciais, como a escrita crítica, a argumentação fundamentada e a capacidade de estruturação de ideias — habilidades indispensáveis para a construção de conhecimento científico sólido. É fundamental, portanto, estabelecer estratégias educacionais voltadas à formação ética de estudantes e jovens pesquisadores, especialmente no que se refere à compreensão e prevenção do plágio. Ao analisar as políticas de uso de IA em universidades norte-americanas, Velez e Rister (2024) ressaltam que esse debate deve ocorrer de forma colaborativa entre docentes e discentes. Tais diálogos podem promover reflexões significativas sobre autoria, estilo e estrutura textual, além de possibilitar que a IA seja utilizada como ferramenta de aprendizado, contribuindo para que os estudantes

compreendam melhor seus papéis como autores e editores de seus próprios textos.

Em contextos relacionados à ética, é importante observar aspectos normativos em um trabalho acadêmico, como a conformidade textual ao “respeito à liberdade, à igualdade, à dignidade e à autonomia das pessoas e a todas as formas de vida [...], respeito à diversidade cultural, social, religiosa, étnico-racial, linguística, geracional, territorial, moral, sexual e de gênero” (SAMPAIO; SABATINI; LIMONGI, 2024, p. 25). Ademais, é necessário observar o respeito às características das pessoas com deficiência. Nesse aspecto, alguns pontos são relevantes para evitar o plágio acadêmico e a falta de ética no uso de IA:

- a. **A citação de todas as fontes utilizadas**, incluindo ideias sugeridas por ferramentas de IA, quando forem relevantes para a argumentação.
- b. **Evitar copiar diretamente o conteúdo gerado pela IA** sem a devida reescrita crítica e contextualização no corpo do trabalho.
- c. **Revisitar o conteúdo gerado com olhar autoral**, adaptando ao seu estilo e voz acadêmica.
- d. **Utilizar softwares confiáveis de detecção de similaridade**, mas complementemente com análise humana.

- e. **Educar-se e educar sobre ética acadêmica**, especialmente em tempos de inovação tecnológica, evitando no conteúdo “expressões de racismo, xenofobia, homofobia e outros valores indesejados [...]” (FIORAVANTI; VASCONCELOS, 2024).

É importante destacar que o uso de modelos de IA para identificar plágio — especialmente os próprios modelos utilizados na geração do conteúdo — não é confiável. Essa prática pode comprometer a precisão das análises e induzir a interpretações equivocadas sobre a autenticidade do texto. Uma compreensão superficial dessas tecnologias pode levar pesquisadores e docentes a avaliações distorcidas, prejudicando tanto o rigor científico quanto a formação crítica de estudantes (SAMPAIO; SABATINI; LIMONGI, 2024). De acordo com Porto, Santos e Bottentuit Jr, (2024, p. 33): “[...] As instituições precisam sair da inércia. Antes de tudo, precisam desenvolver mecanismos fundamentais e gerais de regulação ética que visem às fontes, à concepção e à certificação desse sistema [...]”. Nesse sentido, o ChatGPT precisa ser adicionado e devidamente incluído nos códigos éticos das instituições, lembrando que a ABNT<sup>2</sup> ainda não se manifestou a esse

respeito, e não existe nenhuma orientação a seguir até o momento. Espera-se que, em cada contexto e condição específica de ensino-aprendizagem, sejam definidas regras *ad hoc para* o uso adequado da IA. Algumas instituições de ensino superior do país já se articulam nesse sentido, preparando seus comitês éticos. Como afirmam Tedesco e Ferreira (2023, p. 20), a “[...] prática de pesquisa que se afaste da ética e da integridade acadêmica é fadada à falsificação, à fabricação e ao suscetível plágio dos dados.” Portanto, o plágio é uma violação da identidade de autoria e do direito individual de ser publicamente reconhecido por uma criação original. É importante ressaltar que as relações de confiança entre educadores e educandos fazem parte das etapas do processo educativo, incluindo as formas de avaliação, que são muito mais eficazes quando não há descrédito sobre a atividade intelectual desenvolvida pelos estudantes.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre a ética na inteligência artificial implica, em última instância, questionar que tipo de sociedade desejamos construir. Sendo a IA uma tecnologia que amplifica as capacidades humanas — tanto para fins benéficos quanto para consequências prejudiciais —, suas aplicações refletem as

---

<sup>2</sup> Associação Brasileira de Normas Técnicas. Website: [www.abnt.org.br](http://www.abnt.org.br)

escolhas coletivas que fazemos em termos de prioridades, valores e limites (ROSA, 2025).

Uma IA ética pode ser amplamente compreendida como aquela que incorpora princípios fundamentais da humanidade, como o respeito à dignidade, aos direitos e à equidade. Para alcançar esse ideal, é necessário um esforço multidimensional: desde o desenvolvimento teórico, que integre abordagens baseadas em virtudes, deveres e consequências, até práticas de engenharia e design orientadas por princípios éticos. Embora dilemas morais — como vieses algorítmicos, decisões autônomas letais, autoria de conteúdo, privacidade e responsabilidade — não possam ser totalmente eliminados, eles podem ser progressivamente mitigados por meio de avanços técnicos e modelos de governança flexíveis e adaptativos.

É fundamental reconhecer que construir uma IA ética não significa torná-la infalível, mas sim orientá-la por diretrizes que minimizem riscos e promovam benefícios coletivos. Essa tarefa exige um compromisso contínuo de desenvolvedores, pesquisadores, formuladores de políticas públicas e da sociedade civil. “Além das regulamentações formais, a promoção de uma IA mais ética envolve implementar boas práticas de design, desenvolvimento e implantação das tecnologias inteligentes” (ROSA, 2025, p. 11).

A regulamentação terá papel essencial ao estabelecer padrões e mecanismos de incentivo, mas deve vir acompanhada de uma transformação cultural que incorpore a ética como um requisito básico, tal como a segurança elétrica ou a ergonomia já são utilizados em produtos tecnológicos.

Em síntese, a ética deve orientar o avanço da inteligência artificial, garantindo que o progresso tecnológico não se afaste dos valores que definem nossa humanidade.

Uma IA verdadeiramente ética será, portanto, o reflexo de uma sociedade comprometida com a justiça, a transparência, a inclusão e a responsabilidade. Assim, a construção de uma governança tecnológica responsável e o fortalecimento dos valores democráticos tornam-se elementos indissociáveis do desenvolvimento ético da IA. O debate permanece em aberto e deve continuar a evoluir à medida que novas possibilidades e desafios emergem, exigindo vigilância e engajamento contínuos para que essa poderosa ferramenta seja guiada pelos melhores princípios humanos.

#### **RERERÊNCIAS:**

COTTON, Debby R. E.; COTTON, Peter. A.; SHIPWAY, J. Reuben. Chatting and cheating: ensuring academic integrity in the era of ChatGPT. **Innovations in Education and Teaching International**, v. 61, n. 2, p. 228-239, 2023. Disponível em:

<https://doi.org/10.1080/14703297.2023.2190148>. Acesso em: 28 jul. 2025.

FIORAVANTI, Carlos; VASCONCELOS, Yuri. IA sem ilusões. **Revista Fapesp**. Ed. 345. 2024. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/graca-nunes-ia-sem-ilusoes/> Acesso em: 16 jul. 2025.

FRANCO, Diego; VIEGAS, Luís Eduardo; RÖHE, Anderson. Guia Ético para a Inteligência Artificial Generativa no Ensino Superior. TECCOGS: **Revista Digital de Tecnologias Cognitivas**, n. 28, p. 108–117, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.23925/1984-3585.2023i28p108-117>. Acesso em: 20 jul. 2025.

GIANNINI, Fernando. 7 princípios para o uso responsável da IA na escola. **Tecnologia Aplicada à Educação** (Site). 2025. Disponível em: <https://fernandogiannini.com.br/7-principios-para-o-uso-responsavel-da-ia-na-escola/>

MARANHÃO FILHO, Éfrem de Aguiar. **IA como Ferramenta de Aprendizagem e de Pesquisa**. Rio de Janeiro: FGV, 2024.

NOGUEIRA, João Gabriel. ChatGPT bateu 1 milhão de usuários em apenas 5 dias, diz OpenAI. **TecMundo**, 06 dez. 2022. Disponível em <https://www.tecmundo.com.br/software/259681-chatgpt-bateu-1-milhao-usuarios-5-dias-diz-openai.htm> Acesso em: 16 jul. 2025.

PORTO, C.; SANTOS, E.; BOTTENTUIT JR, J. B. **ChatGPT e outras inteligências artificiais: práticas educativas na Ciberultura**. São Luís: EDUFMA, 2024.

ROSA, Lúcio Júnior Benfica. A ÉTICA NA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: DILEMAS E PROPOSTAS PARA UMA IA ÉTICA.

**Journal of Media Critiques**. Brasil, Vol. 11, n.27, p. 01-17, 2025 Disponível em: DOI: 10.17349/jmcv11n27-057 Acesso em: 15 jul. 2025.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; SABBATINI, Marcelo; LIMONGI, Ricardo. **Diretrizes para o uso ético e responsável da inteligência artificial generativa**. [livro eletrônico] : um guia prático para pesquisadores. São Paulo : Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - Intercom, 2024. PDF.

SOARES, Bruno Johnson et al. Implicações da Inteligência Artificial na Educação. TECCOGS – **Revista Digital de Tecnologias Cognitivas**, n. 28, 2023, p. 76-86. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/1984-3585.2023i28p76-86>. Acesso em: 20 jul. 2025.

TEDESCO, Anderson Luiz; DE LIMA FERREIRA, Jacques. Ética e Integridade acadêmica na Pós-Graduação em Educação em tempos de Inteligência Artificial. **Horizontes**, [S. l.], v. 41, n. 1, p. e023032, 2023. DOI: 10.24933/horizontes.v41i1.1620. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/1620>. Acesso em: 21 jul. 2025.

VELEZ, Meghan; RISTER, Alex. Beyond academic integrity: navigating institutional and disciplinary anxieties about AI-assisted authorship in technical and professional communication. **Journal of Business and Technical Communication**, p. 1-18, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/10506519241280646> Acesso em: 27 jul. 2025.

